

O CONHECIMENTO DO EDUCADOR COM RELAÇÃO À SAÚDE MENTAL INFANTIL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

THE KNOWLEDGE OF THE EDUCATOR IN REGARD TO CHILD MENTAL HEALTH IN THE EDUCATIONAL SCOPE

Cibele Pimenta Tiradentes¹
Gyzele Cristina Xavier Santos Souza²
Hélio Baragatti Neto³
Henrique Gomes dos Santos⁴
Kálita Flávia dos Santos⁵
Osvaldo José Sobral⁶

Resumo: Este estudo objetivou identificar qual o entendimento que os alunos do curso de Letras e Pedagogia, promovidos pela Universidade Estadual de Goiás, têm sobre o conhecimento em relação à saúde mental infantil no âmbito educacional e sua relação com a educação inclusiva. Optou-se por realizar um estudo descritivo exploratório de cunho qualitativo. Observou-se que os alunos pontuaram, para uma conduta mais efetiva e transformadora: o diálogo com base para a transformação e construção na relação professor-aluno; o respeito à cidadania do aluno e o compromisso do profissional para a aplicação concreta da assistência verdadeiramente qualificada, com proposta de melhor atendimento ao portador de doença mental.

Palavras-chave: Educação, condutas típicas, inclusão, docência.

Abstract: This study aims to identify the understanding that students of the course of Letras (Languages) and Pedagogia (Education), in the University of Goiás State, have in relation to the child mental health in the educational scope and its relation with the inclusive education. It is an exploratory descriptive study of qualitative type. Effective transformations were observed on the students: the dialogue as a basis for the changes and rapport between professor and student; the respect to citizens and the commitment of the professional for the concrete application of the truly qualified assistance, aiming at a better attendance to the mental disabled ones.

Key words: Education. Typical behaviors. Inclusion. Teaching.

¹ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde – UCG, docente da UEG – UnU/Inhumas, Bióloga, especialista em Docência Universitária – UCG e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UEG-Inhumas

² Graduanda em Pedagogia, UEG – UnU/Inhumas, voluntária.

³ Graduando em Letras, UEG – UnU/Inhumas, voluntário.

⁴ Graduando em Pedagogia, UEG – UnU/Inhumas, voluntário.

⁵ Graduanda em Pedagogia, UEG – UnU/Inhumas, voluntária.

⁶ Mestre em Educação (UFG), psicólogo (UCG), especialista (UCG) e, e Professor da UEG – UnU/Inhumas.

Introdução

Os homens são seres históricos e encontram na educação um fazer permanente, que é uma manifestação exclusivamente humana. Neste sentido, educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da história, na qual a questão da identidade cultural é essencial à prática pedagógica (FREIRE; SHOR, 1986).

Neste sentido, o papel da educação inclusiva assume, a cada dia, importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

Contudo, como o discurso democrático nem sempre corresponde à prática das intenções humanas, alguns segmentos da comunidade permanecem à margem, discriminados, exigindo ordenamentos sociais específicos, que lhes garantam o exercício dos direitos e deveres. As pessoas portadoras de deficiência e de condutas típicas estão nesse caso. Embora com outras características, o grupo dos portadores de altas habilidades ou superdotados também tem necessidades educativas especiais, mas não será mencionado neste artigo.

No âmbito da educação, se têm vivido momentos de reflexão e de profundas mudanças no que se refere à educação inclusiva. Lidar com a diversidade sempre foi um grande desafio para os profissionais da educação acostumados com a falsa noção de que a sala de aula deve ser vista como um todo homogêneo, porém nos tempos atuais, as consciências se abrem para a importância de se incluir no ambiente escolar os indivíduos portadores de necessidades especiais.

Neste momento tão importante, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), vem criando várias propostas, baseadas no “Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade” (MEC, 2005), sendo estas propostas traduzidas através de projetos e apoios como, por exemplo: Apoio à Educação de Alunos com Deficiência Visual; Apoio à Educação de Alunos com Surdez; Projeto de Informática na Educação Especial (PROINESP); dentre tantos outros que estão sendo desenvolvidos.

Tais programas vêm beneficiando um grande número de crianças e adolescentes, principalmente no que se refere aos portadores de necessidades físicas especiais. Existe, no entanto, outra vertente das necessidades especiais, que são as doenças psiquiátricas ou doença

mental⁷, a qual o programa também abarca. A problemática se encontra na identificação de tais doenças.

A criança com alguma doença mental psiquiátrica, na maioria das vezes, é considerada pela escola, um aluno problema, sofre e faz sofrer os que estão à sua volta, jamais é diagnosticada e muito menos tratada. A maioria das doenças psiquiátricas é potencialmente tratável, o que traria tanto à criança quanto aos que a cercam uma considerável diminuição do sofrimento vivido até então, e uma maior perspectiva em relação à qualidade de vida e ao seu desenvolvimento sócio-psíquico-emocional-intelectual saudável, tendo em vista que esta é uma fase de grande importância para o desenvolvimento da personalidade do futuro adulto.

A partir dos sete anos, as patologias são detectadas principalmente em função do rendimento escolar com os transtornos de aprendizado, acompanhados pelos transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (com prevalência ao redor de 2% nessa faixa etária), pelos retardos mentais (percebidos com frequência nesse momento em função da não correspondência aos programas educacionais) e pelos demais quadros psiquiátricos como depressões, manias, quadros ansiosos como pânico, transtornos obsessivos e tantos outros passíveis de cuidados e acompanhamentos (ASSUMPÇÃO, 2005).

Ballone (2005), na mesma perspectiva de Assumpção (Op.Cit.), aborda o conjunto de sintomas mais comuns de um possível problema emocional, de comportamento típico ou de desenvolvimento em uma criança de pouca idade, sendo estes:

redução significativa no rendimento escolar; redução significativa no interesse e esforço escolar; abandono de certas atividades antes desejadas; distanciamento de amigos ou familiares; perturbação no sono; hiperatividade, inquietação e/ou agressividade; reações emocionais mais violentas; rebeldia, birra e implicância; atitudes de oposição; recusa a participar de compromissos familiares antes aceitos; preocupação e/ou ansiedade excessivas.

Em grande parte dos sintomas acima mencionados observa-se a presença de uma doença psiquiátrica, podendo ser observada com facilidade no contexto escolar. Neste sentido, vê-se a importância do educador saber reconhecer sinais patológicos em seus alunos, passando a ver este como um ser doente que necessita de tratamento⁸, e não somente como

⁷ Doença mental: difere-se de deficiência mental. A deficiência mental, trata-se de um quadro neurológico, em que há uma alteração física e/ou genética que justifiquem os sinais e sintomas, como por exemplo: paralisia cerebral, síndrome de Down, dentre outras. Na doença mental, inexistente um causador específico (com exceção de doenças secundárias à deficiência, como por exemplo: esquizofrenia secundária a uma deficiência mental). Exemplos de doenças mentais são depressão infantil, transtorno bipolar, autismo, dentre outras.

⁸ O tratamento neuropsiquiátrico, além de uma abordagem psicofarmacológica, hoje de extrema importância no tratamento das doenças mentais da infância, necessita-se também de abordagens psicoterápicas, uma vez que a criança enquanto ser em evolução está em processo de desenvolvimento e, com o aparecimento dos quadros de

um aluno “problema”. Muitas crianças com doenças mentais passam despercebidas pela escola, o professor percebe a alteração, mas não sabendo identificá-la como um sintoma patológico, deixa de requisitar uma avaliação mental mais profunda deste aluno, o que seria de fundamental importância para o seu desenvolvimento saudável.

Deve-se, então, permitir aos aspirantes à docência o conhecimento acerca do que se pode fazer para adaptar a prática do ensino aos alunos com comportamentos típicos, proporcionando-lhes oportunidades de se desenvolverem em todas as suas potencialidades.

Este artigo assume, então, uma importância enorme uma vez que ele se propõe a conscientizar os acadêmicos e/ou profissionais de educação sobre a existência dos transtornos psiquiátricos (doenças mentais) em crianças em idade escolar, tornando-o também responsável pela identificação, diagnóstico⁹ e tratamento, tendo como meta o bom desenvolvimento deste aluno. E, também, incentivar a realização de cursos de capacitação em saúde mental infantil para os educadores da referida instituição, mesmo que estes não trabalhem diretamente com a educação inclusiva¹⁰.

Neste sentido os profissionais em educação necessitam desenvolver, buscar novos conhecimentos, manter pensamento crítico e reflexivo à prestação de uma boa assistência ao seu aluno. Em suas relações prescindem, ainda, da adesão à concepção problematizadora, ser empático, considerar o outro em sua existência no aqui e agora, não ser opressor, favorecer o aluno na reconstrução de sua autonomia, desaliená-lo na pretensão de promover a sua libertação e transformá-lo em um agente de mudanças.

Assim, o profissional precisa estar comprometido e, para assumir esse compromisso, deve ser capaz de agir e refletir dentro da relação homem-cotidiano. Esse compromisso com o mundo deve, primeiramente, ser humanizado, para poder humanizar os homens, isto é ter responsabilidade. Essa é também uma questão ética, de ser responsável com o ser humano, com a vida, com o mundo e com a história, para haver a melhoria da condição geral de vida de toda uma população, na construção da cidadania e recuperação da dignidade de todos (FREIRE; SHOR, 1996).

É possível que alguns professores em sua formação não tiveram a noção do conhecimento ligado à concepção problematizadora, pois a organização escolar baseia-se na

distúrbios mentais, constrói sua identidade de maneira deficitária. Sendo de primordial importância o suporte familiar e educacional. (ASSUMPÇÃO, 2005)

⁹ O diagnóstico somente pode ser feito por um psiquiatra, de preferência infantil. Porém, o educador poderá ajudar ao encaminhar o aluno, dando ao médico uma hipótese diagnóstica elaborada a partir da sua observação desta criança.

¹⁰ Tendo em vista que os transtornos psiquiátricos passam despercebidos aos olhos da maioria, a criança doente não é tratada como aluno especial. Podendo então ser encontrado nos mais distintos âmbitos educacionais.

tendência da educação tradicional autoritária, pouco questionadora, centrada nos conteúdos, de forma fragmentada. No momento atual brasileiro, há uma tendência para superar esta concepção considerando a realidade do educando, propiciando, assim, uma concepção mais crítica e problematizadora, o que torna possível capacitar o professor para o exercício da função de educador (FREIRE; SHOR, 1996).

Esperamos, com isso, avanço nessa área, vislumbrando uma nova concepção por condutas mais abertas e dialogais, possibilitando uma interação entre educador e educando, sujeitos de mudança e transformação.

Tendo em vista a fundamentação teórica, referenciada, o presente estudo visa investigar o nível de conhecimento dos acadêmicos, futuros profissionais de educação, que estão inseridos nos cursos de Letras e Pedagogia oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas, em relação aos principais transtornos psiquiátricos que acometem crianças em idade escolar.

Material e métodos

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, de cunho qualitativo de natureza não participativa, tendo como método o estatístico. Foram aplicados questionários aos sujeitos investigados. As respostas foram analisadas e organizadas por categorização, através do agrupamento dos elementos convergentes e/ou divergentes. Os conteúdos emitidos pelos alunos do Curso de Letras e de Pedagogia foram analisados e interpretados, para compreensão dos significados.

A escolha pelo estudo qualitativo fundamenta-se na melhor possibilidade de viabilizar o levantamento do que há de comum na amostra estudada, que favoreça chegar a um consenso positivo em relação à análise e à compreensão dos aspectos consensuais dos dados levantados.

A análise dos dados preocupou-se com a representação que as pessoas atribuem ao assunto pesquisado. Desse modo, é possível identificar como os sujeitos entendem as questões apresentadas e propondo uma capacitação dos conceitos e representações apresentadas pelos sujeitos da pesquisa (BUENO, 2001).

Minayo (1996) menciona que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares e que nas ciências sociais permite o manuseio com significados, aspirações, crenças, atitudes e valores que nem sempre podem ser quantificados.

A amostra foi composta por cento e vinte e três acadêmicos que freqüentam o curso de Graduação em Letras e Pedagogia da UEG – Unidade. Universitária de Inhumas/2006.

Resultados e discussão

Inicialmente, apresentamos a Tabela 1, de identificação pessoal dos sujeitos¹¹ pesquisados. Posteriormente, seguirão as discussões em apreço, tanto da tabela como das questões respondidas nos questionários.

Tabela 1. Identificação pessoal dos alunos do curso de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas – 2006.

Sujeitos	Sexo		Faixa etária			Graduação	
	F	M	20-30	30-40	40-50	LETRAS	PEDAGOGIA
123	63%	37%	48%	33%	19%	25%	75%

Verifica-se que dos 123 graduandos pesquisados, a maioria (63%) corresponde ao sexo feminino. No que se refere a idade, 48% corresponde a 30 anos ou menos; 33% está entre 30 e 40 anos e 19% estão entre 40 anos ou mais. Todos obtendo formação universitária.

Com relação às perguntas feitas, pode-se identificar nas respostas dos graduandos, em questão, palavras-chave que são coerentes com a concepção problematizadora, demonstrando conscientização sobre a temática, principalmente, quando interrogados sobre “quais os objetivos da educação inclusiva, enquanto processo de ensino-aprendizagem”.

Cumprir a tarefa de ensinar, formar cidadãos e ajudar o aluno a construir seu próprio censo crítico. (A1)

Os objetivos da educação é transmitir certo conhecimento, e ao mesmo tempo aprender com seus alunos. (A4)

Formar indivíduos aptos para a vida em sociedade; formar cidadãos críticos e pensantes de sua função social, levando-os a exercer a real democracia e reivindicar seus direitos e deveres (A12)

Neste contexto, a ação da escola é muito importante, uma vez que ela é o meio onde se veicula o conhecimento, e a partir daí pode-se modificar a sociedade. Na verdade, a

¹¹ Para preservar o nome dos sujeitos desta pesquisa será utilizada a simbologia: A1, A2,...A123.

educação é um processo amplo, do qual todos participam e que nos prepara para a vida em sociedade, para a convivência com o outro. Fica mais fácil o processo educativo se ele ocorre dentro da escola, organizado em torno da relação professor-aluno. O professor é o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem de conhecimentos que são essenciais a uma vida com qualidade. O aluno é um ser em formação, em busca de fundamentos para participar da vida de maneira eficaz, produtiva e feliz.

É importante reconhecer o princípio da igualdade de oportunidades de educação para todos, inclusive para os portadores de necessidades especiais. E, também, que o professor saiba lidar com a educação dos alunos que apresentem algum tipo de distúrbio mental e/ou comportamental, para que, com atendimento especializado possam superar seus problemas e se destacar na vida escolar ou mesmo na vida social. O melhor critério para se aferir o padrão de qualidade de uma sociedade é avaliar a forma como ela trata as crianças, os velhos e os doentes mentais (NICK, 1998).

Ao serem questionados sobre doença mental e deficiência mental, ficou muito evidente que os graduandos não têm um entendimento claro a esse respeito.

Eu não sei conceituar sobre essas definições separadas, pois eu acho que são similares, pois todas as duas podem vir desde o nascimento ou através de acidentes que deixam graves seqüelas.(A5)

È a limitação ocasionada por algum dano cerebral ou genético, que impossibilita o individuo a uma vida de consciência normal, ou seja, apresenta um tipo de retardo mental.(A9)

A sociedade tem dificuldades em reconhecer e tratar a doença mental. Essa doença é desconhecida, tratada com preconceito e medo. As pessoas têm medo de perder o controle sobre seus atos, de ser algum dia internadas em instituições e envergonharem-se de ter algum doente mental na família.

O louco pode ser aquela pessoa livre, que gosta de viver sensações fortes, que causa admiração por seu comportamento ousado e criativo, ou pode ser aquele que causa medo, que parece incontrolável e doente.(A9)

Não há como discutir saúde mental sem considerar principalmente as pessoas que mais sofrem, não só por seus problemas psíquicos, mas também pela forma como são tratadas na sociedade, principalmente dentro das escolas, onde as teorias e práticas de saúde deveriam estar a serviço da emancipação, do bem-estar e da felicidade de todas as pessoas.

É possível perceber que muitas mudanças ainda ocorram no campo da saúde mental, no que se refere ao resgate da cidadania do aluno. Para tanto, é necessário que os professores conheçam as doenças mentais.

É importante receber instrução sobre doença mental. Não só nos acadêmicos, mas também todos os demais funcionários, pois uma escola para receber um aluno especial tem que estar totalmente preparada.(A2)

Sim, receber instrução é importante para podermos vê-los como pessoas especiais comuns e não termos horror quando tivermos que lidar com elas, o conhecimento é o caminho para o respeito. (A8)

Fica claro que os graduandos sentem a necessidade de terem uma instrução adequada sobre doença mental para que possam desenvolver melhor sua função de educador, pois é ele que pode abrir ou fechar a estrada do conhecimento, propiciando ou não autonomia e cidadania ao educando.

A categorização permitiu a apresentação de indicadores que caracterizam a concepção dos graduandos sobre doenças mentais, destacando a importância de a formação acadêmica oferecer subsídios para sua atuação junto aos educandos que necessitam de maiores cuidados, além de oferecer-lhes condições para solucionar os problemas que se apresentam. Ressalta-se, assim, a importância desses elementos na assistência aos alunos portadores de doenças mentais, bem como na atuação do futuro profissional da educação, já que todos constroem, crescem e evoluem nesse processo.

Conclusões

O presente estudo possibilitou conhecer a compreensão sobre o conhecimento, a conduta educativa e a concepção sobre doença mental que os acadêmicos dos cursos de Letras e Pedagogia da UEG – Unidade Universitária de Inhumas apresentam sobre saúde mental.

O significado do direito à integração social das pessoas que apresentam doença mental perpassa pelo direito à saúde, à igualdade, ao trabalho, ao transporte, ao lazer, dentre outros.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988).

Os portadores de doença mental têm o direito à educação e a cultura como forma de aprimoramento intelectual, por se tratar de bem derivado do direito à vida. A educação deve ser ministrada, sempre tendo em vista a necessidade da pessoa portadora da doença mental.

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (Constituição Federal, 1988).

Para que tal educação aconteça de fato, é necessário conhecer como são as escolas e, mais importante, quem são os profissionais que trabalham, vão trabalhar, e que terão a responsabilidade de colocar em prática as leis constitucionais, nas esferas, federal, estadual e municipal.

Os temas relacionados à conduta dos graduandos – lembrando que alguns já fazem parte dos quadros de professores efetivos nas esferas apresentadas – nos conduzem à compreensão de que se necessita, urgentemente, de uma redefinição dos cursos na perspectiva de oferecer maior conhecimento na área de saúde mental, visto que a idéia de melhor assistência ao aluno é fundamental para uma transformação e construção de uma sociedade mais justa.

Também o compromisso, a responsabilidade e a ética profissional são imprescindíveis, para uma melhor conduta do professor que busca prestar um melhor atendimento ao seu alunado. Essa concepção vem ao encontro da nova concepção de educação preconizada pela Educação Inclusiva¹².

Porém, pode-se verificar, empiricamente, que muitos graduandos ainda têm uma concepção tradicional sobre a doença mental e a forma como atender às pessoas com este problema. Contudo, os sujeitos da pesquisa apontam algumas reflexões sobre a questão, revelando já existir indícios de análises para a conduta desse futuro profissional à conscientização para a mudança e para a transformação, tendo em vista a busca por conhecimentos, levando assim a posturas mais abertas, embora ainda incipientes na assistência e no cotidiano pessoal e profissional.

Disso, depreendemos haver necessidade de investimento nesta área, para o enfrentamento do paradigma contemporâneo que suscita mudança e transformação para uma prática mais humana, mais digna e mais feliz.

¹² Entende-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Francisco B. Psiquiatria da Infância e da Adolescência. In. **Emedix**, Internet. Disponível em: < <http://www.emedix.com.br>>. Acesso em: 17 de abril de 2005.

BALLONE, G. J. Quando tratar em Psiquiatria da Infância e Adolescência. In. **PsiquWeb**, Internet. Disponível em: < www.psiqweb.med.br>. Acesso em 17 de abril de 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Capturado em 17 de abril de 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 1º de outubro de 1988.

BUENO, S.M.V. **Contribuição ao estudo do lazer no ambiente hospitalar**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1981.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia, o cotidiano do professor**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LÜDKE, Menga; MARLI, E. D. A. André. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Temas Básicos de Educação e Ensino. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NICK, E. **Tendências políticas de saúde mental no Brasil**. J Brás. Pesq., 1988.